

Quem disse ?

«O Muro de Berlim
caiu graças
à "Perestroika"»

Mikhail Gorbachev
Visão, 25 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Nº1044 2 DEZEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €



ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Bug 2000

Relatório tranquilizador

O titular da pasta da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, confirmou, na passada terça-feira, não ter sido identificada «qualquer situação crítica que fizesse transparecer a impossibilidade de resolução atempada do problema informático do ano 2 000» em Portugal.

Pina Moura anuncia em Bruxelas

Programa de contenção de despesas em marcha

O Governo vai iniciar em Março, logo após a aprovação do Orçamento do Estado de 2000, um programa plurianual a três anos para a contenção da despesa corrente primária (excluindo os juros da dívida pública) da Administração Pública. Falando no final do Conselho de Ministros de Economia e Finanças (Ecofin), que decorreu segunda-feira em Bruxelas, o ministro explicou que esse programa é uma das novas medidas de médio e longo prazo previstas para fixar metas de contenção da despesa até 2003, tomando como base as verbas orçamentadas para o ano 2000. Neste âmbito, o ministro prevê ainda reduzir o número de funcionários públicos em Portugal, durante a próxima década, aproveitando o facto de 40 por cento dos actuais 600 mil trabalhadores da Função Pública atingirem a idade da reforma. «Iremos aproveitar este processo para, em articulação com o Ministério da Reforma do Estado, chegar a um objectivo de redução do número de funcionários, não por meio de despedimentos ou tensões sociais, mas apostando na qualificação e na formação dos novos funcionários», explicou Pina Moura. Com este processo, acrescentou, será possível reduzir despesas com as remunerações, que actualmente atingem os 1,5 milhões de contos por ano, o equivalente a dois terços das despesas da Administração Pública.

A reforma da Saúde é outro dos objectivos que o ministro da Economia e das Finanças pretende conseguir para que as despesas públicas sejam contidas e Lisboa consiga cumprir as metas definidas no pacto de Estabilidade. «Iremos reformar o sistema de saúde, que é a nossa prioridade em termos de afectação dos recursos existentes, de forma a racionalizá-lo», frisou o titular da pasta da Economia e das Finanças. Por outro lado, ao nível do Ministério da Economia, Pina Moura adiantou que haverá uma redução de seis por cento nas despesas relativamente a 1998. Este tipo de medidas, justificou o ministro, constituem um sinal forte da estratégia futura em termos de consolidação orçamental.



SAÚDE

PRESIDENTE APELA AO CONSENSO

Terminou terça-feira a «Semana da Saúde» que levou o Presidente da República a percorrer hospitais de vários pontos do país. Jorge Sampaio apelou a um consenso entre todos os profissionais do sector, tendo deixado o desejo de que todos saibam ceder um pouco em benefícios dos cidadãos. O chefe de Estado defendeu também uma mudança nos critérios de ensino da Saúde, especialmente no sentido de facilitar o acesso de jovens aos cursos de medicina. A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, reconheceu que o país não terá capacidade para financiar o Sistema Nacional de Saúde tal como está a funcionar no presente. Exigem-se profundas reformas numa área que é considerada prioritária por parte do actual Governo.



Política

Presidência portuguesa da UE em preparação **Conciliar inovação e protecção social**



O Governo está a preparar com todo o cuidado e com o maior número de detalhes a presidência Portuguesa da União Europeia. Depois de ter recebido na semana passada, em São Bento, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e o primeiro-ministro da Finlândia, Paavo Lipponen – encontros que se seguiram a uma deslocação a Paris para conversações com Jacques Chirac e Lionel Jospin –, António Guterres esteve Segunda-feira na Grã-Bretanha e no Luxemburgo.

Sociedade & País

Antecipação de transição para o euro **Portugal preparado**



Portugal está preparado para a antecipação da introdução das notas e moedas de euro, de Junho de 2002 para Fevereiro do mesmo ano, apesar de haver ainda «muito trabalho a fazer».



A Ronda do Milénio

A conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que está a decorrer nos Estados Unidos e que reúne os 135 países membros, começou, na terça-feira, da pior maneira e com mais de cinco horas de atraso.

Quase duas centenas de milhar de manifestantes fizeram ouvir ruidosamente a sua voz de protesto, junto ao centro de conferências em Seattle, numa das maiores manifestações de que há memória nos EUA, desde a guerra do Vietname.

A inesperada adesão a esta gigantesca manifestação promovida por organizações ecologistas, terceiro-mundistas e de defesa dos direitos do homem, que também teve uma congénere em Londres, mostra definitivamente que a mundialização deixou de ser só do interesse de técnicos passando a respeitar a todos os cidadãos.

Os 135 ministros do Comércio presentes, durante os quatro dias da reunião, estão a debater um novo ciclo de negociações comerciais multilaterais, no quadro da OMC. Pretende-se que ao assegurarem o cumprimento das regras de «comércio livre e leal à escala mundial» seja garantido o cumprimento das políticas sociais traçadas pela Organização Mundial do Trabalho (OIT).

Em resposta à tradicional dificuldade em ver adoptadas normas da OIT como as que proíbem o trabalho escravo e o trabalho infantil, a que garante a igualdade de direitos da mulher e a consagração dos direitos de actividade sindical e contratação colectiva, nesta conferência esperam-se ver criadas as condições para a melhoria do nível de qualidade laboral em todo o globo.

No próximo ciclo de negociações comerciais multilaterais, que se inicia com esta conferência, torna-se imperioso a criação de sistemas que tenham em conta as políticas sociais, segurança e higiene e os problemas de cariz social, bem como o estabelecimento de normas mais exigentes no comércio em matéria social e ambiental.

A questão ambiental e nomeadamente o cumprimento do protocolo de Quioto e da convenção sobre biodiversidade, é levantada, cada vez mais, com maior preocupação e acuidade devido ao enorme descontrolo, a que ainda está sujeita, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, graças às pressões das multinacionais.

É, aliás, neste quadro que se bate a União Europeia (UE) ao pretender que estas negociações se alarguem a sectores como a concorrência, o investimento, o ambiente, a protecção dos consumidores ou as normas sociais fundamentais.

Só assim se poderá pôr cobro às práticas desleais, como *dumping*, contrafacção, subvenções e desrespeito pela propriedade intelectual.



PROPOSTA DA AD SOBRE DESPEDIMENTOS FAVORECE AUTORITARISMO DOS PATRÕES

«Perigosa e injusta proposta de lei AD sobre despedimentos» era o principal título da primeira página da edição de 3 de Dezembro de 1981 do «Acção Socialista», órgão oficial do PS, então com a redacção no edifício da CEIG, no Dafundo.

Nas páginas centrais publicou-se um estudo efectuado pelos deputados socialistas Carlos Lage, Alfredo Pinto da Silva sobre o referido diploma da coligação de centro-direita AD (PSD/CDAS/PPM) então no governo.

«A proposta de lei da AD sobre despedimentos não passa de um instrumento de intimidação dirigido contra os trabalhadores, designadamente os delegados e dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, bem como dos representantes dos partidos de esquerda», concluiu o estudo dos deputados socialistas, alertando para o facto de que se tal diploma viesse a ser aprovado, «nenhum trabalhador se sentiria seguro. E o enfraquecimento e segurança dos trabalhadores seria directamente proporcional à arrogância e autoritarismo dos patrões».

J. C. C. B.

3 de Dezembro

Quem disse?

«O PS não abdicará, em nenhuma circunstância, de criticar as atitudes sectárias e a política rígida, inflexível e dogmática do PCP. Mas não fará do anticomunismo primário a pedra de toque da sua política»

Editorial do «Acção Socialista»



Segurança rodoviária Queda da sinistralidade no IP-5 surpreende BBC

A normalidade da condução no IP-5 surpreendeu uma equipa de jornalistas da BBC que se deslocou à conhecida «estrada da morte» onde a tolerância zero provocou uma «nítida inversão» na sinistralidade, anunciou, no dia 27, a GNR. Segundo o comandante do Grupo Regional de Trânsito da Região Centro, Reis Paredes, a equipa da BBC que esteve no IP-5 sexta-feira levou uma ideia contrária à que tinha sobre a referida estrada.

«Disseram que o IP-5, afinal, não era a estrada da morte como lhes tinham contado, porque o que encontraram foi um ambiente de perfeita normalidade», afirmou aquele responsável.

Segundo o comandante - que prestou no local declarações à equipa da BBC - as filmagens realizadas no IP-5 integram-se num documentário da estação televisiva britânica sobre a sinistralidade rodoviária em Portugal.

A introdução da «tolerância zero» às infracções da estrada no IP-5 provocou uma «nítida inversão» na sinistralidade rodoviária e no comportamento dos automobilistas, sublinha.



Desde que entrou em vigor (13 de Outubro do ano passado), a operação baixou o número acidentes em 24 por cento e de mortos em 67 por cento (de 60 para 20 vítimas mortais), no espaço de um ano.

«Gostaria que os automobilistas portugueses tivessem atitude semelhante à que têm manifestado no IP-5, não por pressão das brigadas de trânsito mas numa manifestação de inteligência», afirmou.

Na opinião do responsável da GNR, a melhoria da condução dos portugueses passará por «formação, a criação de uma ética do condutor, e pela sua educação».

Sondagem do «DN» dá maioria absoluta ao PS

Um mês após as eleições legislativas, o PS voltaria a ganhar mas obteria a maioria absoluta, enquanto os restantes partidos manteriam os resultados, segundo uma sondagem divulgada no dia 26 pelo «Diário de Notícias».

De acordo com o barómetro DN/TSF/Marktest, Jorge Sampaio bateria novamente Cavaco Silva em eleições presidenciais. Assim, 36 por cento dos inquiridos escolheram o actual chefe de Estado e 25 por cento o ex-primeiro ministro e ex-líder do PSD.

O barómetro DN/TSF/Marktest revela que os socialistas recolhem 47,7 por cento das intenções de voto, mais três pontos percentuais do que o real resultado nas eleições (44,06 por cento).

Segundo o barómetro, o PSD, com Durão Barroso à frente, obterá 32,1 por cento, duas décimas abaixo dos 32,32 por cento do dia 10 de Outubro.

Por sua vez, o PCR que nas últimas eleições conseguiu eleger dois deputados, tem 9,1 por cento das intenções de voto, contra os 8,99 por cento obtidos nas urnas.

No outro extremo do hemiciclo de São Bento, o Partido Popular desceria ligeiramente dos 8,3 por cento recolhidos nas urnas para os 7,2 por cento.

O Bloco de Esquerda, que conseguiu eleger dois mandatos pelo círculo de Lisboa, teria hoje uma votação praticamente igual.

Exposição de António Colaço inaugurada em Abrantes

«Abrantopia», uma exposição de pintura e escultura do camarada António Colaço, assessor de imprensa do Grupo Parlamentar do PS, foi inaugurada no dia 26 em Abrantes. Ao todo estarão em exposição, entre hoje e 26 de Dezembro, cerca de uma dezena de obras do prestigiado autor.

A iniciativa inclui ainda a venda de caixas para embalagem de produtos de pastelaria pintadas pelo autor, cuja venda reverte a favor da delegação de Abrantes do Banco Alimentar Contra a Fome. É a cultura ao serviço da solidariedade. Um exemplo de fraternidade numa época em que os pseudo-valores do individualismo e do su-

cesso a qualquer preço, tão do agrado dos neoliberais, ainda têm um certo peso na nossa sociedade.

Nascido em Gavião em Janeiro de 1952, o camarada António Colaço já participou em sete exposições colectivas e já viu as suas obras apresentadas em mais de uma dezena de mostras individuais.

Multifacetado, de formação humanista e com uma grande sensibilidade para as questões culturais, nomeadamente da preservação da nossa memória colectiva, o camarada António Colaço foi ainda um dos principais impulsionadores do movimento que levou à criação das rádios locais.

PRESIDENTE APELA AO CONSENSO NA SAÚDE

Terminou terça-feira a «Semana da Saúde» que levou o Presidente da República a percorrer hospitais de vários pontos do país. Jorge Sampaio apelou a um consenso entre todos os profissionais do sector, tendo deixado o desejo de que todos saibam ceder um pouco em benefícios dos cidadãos. O chefe de Estado defendeu também uma mudança nos critérios de ensino da Saúde, especialmente no sentido de facilitar o acesso de jovens aos cursos de medicina. A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, reconheceu que o país não terá capacidade para financiar o Sistema Nacional de Saúde tal como está a funcionar no presente. Exigem-se profundas reformas numa área que é considerada prioritária por parte do actual Governo. Quarta-feira, o Presidente da República partiu para uma visita-relâmpago a Marrocos para se reunir com o rei Mohamed VI.

Numa das mensagens mais importantes da «Semana da Saúde», o Presidente da República disse não haver razões para se entrar em pânico com a situação do sector e apelou à existência de consensos entre todos os sectores. Falando no Porto, o chefe de Estado afirmou que «só será possível resolver alguma coisa se houver convergências e se cada sector ceder alguma coisa». Estas palavras foram proferidas no final de um debate destinado a analisar a situação da urgência no Hospital de São João.

O Presidente da República aproveitou para louvar «o extraordinário esforço» de médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de saúde portugueses, particularmente nos hospitais, onde «o esforço e erosão psicológica tornam o exercício da profissão extremamente difícil». Referindo os três principais problemas com que as urgências se debatem em Portugal e que fazem parte de um relatório elaborado pela Comissão de Avaliação das Urgências Hospitalares, o chefe de Estado defendeu a necessidade de formar mais profissionais de saúde e de apoiar os que actualmente trabalham com uma «sobrecarga muito elevada».

Acompanhado pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, Jorge Sampaio preconizou a necessidade de reestruturar os cuidados de saúde primários, medicalizar a emergência médica e hierarquizar os hospitais, ressaltando, contudo, que «os dias de visita aos hospitais (semana da saúde) não são de ruptura, mas de incentivo para encontrar a síntese».



Já em Lisboa, no final do dia de segunda-feira, o Presidente da República apelou a uma «revisão urgente da definição das prioridades do ensino e da formação em saúde, dado que o actual sistema «não responde às reais necessidades de técnicos do país». Perante cerca de 70 representantes de instituições de ensino público e privado que compareceram a uma recepção no Palácio de Belém, igualmente no âmbito da «Semana da Saúde», Jorge Sampaio questionou-se como é que, face a esta carência, os *numerus clausus* continuam ainda a representar um «inqualificável cerceamento de direitos» e expectativas dos jovens no acesso aos cursos de saúde.

Mudar critérios de ensino

O Presidente da República adiantou ainda que a escassez de técnicos de saúde que observou no terreno, ao longo das visitas que efectuou por todo o país, «tem sido parcialmente suprida com a admissão de profissionais de outros países». Porém, e frisando que não está em causa a eficácia desta solução, Jorge Sampaio frisou que ela representa e prova «a debilidade das políticas de ensino» e que «não é legítimo

esperar mais» por uma solução. Para o chefe de Estado, Portugal «tem de garantir que a formação dos profissionais assegure de forma sustentada os recursos humanos na área da saúde» e que a esta responsabilidade «não se pode sobrepor nenhum interesse privado».

Ao longo dos dias que constituíram a «Semana da Saúde», Jorge Sampaio recordou ter sido «sistematicamente confrontado» com problemas de vária ordem aos níveis de recursos humanos na saúde e que tornam a carência de técnicos ainda mais gritante. De entre estes, o chefe de Estado salientou que, apesar de em Portugal o número de médicos por mil habitantes se situar ligeiramente abaixo da média da União Europeia, estes estão concentrados numa percentagem significativa, cerca de 64 por cento, nos cuidados hospitalares, 72 por cento nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra. Preocupante, para o Presidente da República, é também a demografia médica, o envelhecimento dos quadros, verificável pelos mais de 20 por cento dos efectivos com mais de 55 anos.

Jorge Sampaio aproveitou ainda a recepção de segunda-feira para questionar os critérios subjacentes às escolhas na construção de unidades do Serviço Nacional de Saúde e ao planeamento de serviços,

sublinhando que estes devem basear-se «somente na racionalidade que os estudos epidemiológicos e económicos fornecem e não em injustificadas pressões locais».

Ministra garante mudanças

Acompanhando a iniciativa do Presidente da República, a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, afirmou segunda-feira que, enquanto o Serviço Nacional de Saúde «funcionar como está. O país não terá capacidade financeira para o suportar, para quem as despesas no sector irão crescer no próximo ano, embora tenha de ser melhoradas. A ministra da Saúde reconheceu o atraso na resolução de algumas questões relacionadas com a saúde mental, afirmando que cabe a si «encontrar o consenso entre as várias instituições envolvidas». Justificando a sua participação na «Semana da Saúde», durante uma visita ao Hospital do Lôrvão, no distrito de Coimbra, Manuela Arcanjo lembrou que está a preparar o Orçamento de Estado de 2000 para o sector que tutela, o qual, explicou, «terá de ser devidamente definido», caso contrário poderão estar em causa políticas como a mental, que a ministra prometeu não esquecer. Não adiando valores para o Orçamento de Estado de 2000, frisou apenas que as despesas com a saúde poderão crescer, mas que esse crescimento implica a melhoria da sua aplicação.

Também no Hospital do Lôrvão, o Presidente da República mostrou-se esperançoso que o Ministério da Saúde resolva «o debate eterno» de como organizar a saúde mental em Portugal. Jorge Sampaio sublinhou o carácter duro do trabalho naquele hospital psiquiátrico, porque a tendência, infelizmente, é para esquecer e isolar os doentes. «É um problema para todos nós. Para muitas pessoas, estes internamentos é também um esquecimento, um depósito», lembrou o Presidente da República, acrescentando que a resposta terá de evitar situações de abandono, «de arrumar tudo para o lado, uma espécie de certidão de óbito antecipada». O chefe de Estado começou a visita à instituição pela área feminina dos doentes agudos.

De referir, ainda, que o presidente do Conselho de Administração do Hospital de São João, Fleming Torrinha, revelou que o projecto de remodelação do atendimento e triagem dos doentes do serviço de urgência está orçado em 193 mil contos. A reestruturação visa a criação de uma nova sala de emergência especialmente vocacionada para o tratamento do grande traumatizado, a melhoria da área de triagem e uma racionalização dos circuitos de acesso com separação total da entrada do doente grave.

CONCILIAR INOVAÇÃO E PROTECÇÃO SOCIAL

O Governo está a preparar com todo o cuidado e com o maior número de detalhes a presidência Portuguesa da União Europeia. Depois de ter recebido na semana passada, em São Bento, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e o primeiro-ministro da Finlândia, Paavo Lipponen – encontros que se seguiram a uma deslocação a Paris para conversações com Jacques Chirac e Lionel Jospin –, António Guterres esteve Segunda-feira na Grã-Bretanha e no Luxemburgo. Após reuniões com Tony Blair e Jean-Claude Juncker o primeiro-ministro destacou a prioridade que Portugal dá às questões do emprego na União Europeia. O objectivo, explicou António Guterres, passa por conseguir impulsionar uma ideia de Europa simultaneamente competitiva e com um elevado grau de protecção social. Em Paris, também na segunda-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, frisou que a presidência portuguesa vai ocorrer num momento decisivo para o aprofundamento da segurança e da defesa europeia.

O primeiro-ministro visitou terça-feira a Grã-Bretanha e o Luxemburgo para discutir com os seus homólogos Tony Blair e Jean-Claude Juncker os principais objectivos da presidência portuguesa da União Europeia. A meio da tarde, em Londres, obteve a garantia de «uma contribuição muito empenhada» do Governo britânico durante a presidência portuguesa, que começa a 1 de Janeiro e termina a 30 de Junho de 2000. Após um encontro de trabalho com o seu homólogo britânico, Tony Blair, o primeiro-ministro português, por seu turno, afirmou que foram abordadas questões relativas à presidência portuguesa da União Europeia, em particular a cimeira extraordinária sobre emprego, que decorrerá em Março próximo. «Fundamentalmente, as prioridades da presidência portuguesa têm a ver com as questões ligadas à cimeira extraordinária sobre emprego e em relação à possibilidade de a União Europeia poder competir com os Estados Unidos da América em termos globais», afirmou António Guterres. Relações externas, alargamento da União Europeia, a reforma institucional da comunidade, a segurança e a defesa foram igualmente questões discutidas na reunião entre António Guterres e Tony Blair, que durou cerca de uma hora e 15 minutos. O primeiro-ministro referiu que a presidência



portuguesa dará especial atenção às conclusões da recente cimeira anglo-francesa, nomeadamente quanto à intenção de formação de uma força de intervenção rápida. Após a reunião de Tony Blair, António Guterres partiu para o Luxemburgo, onde teve um jantar de trabalho com o seu homólogo Jean-Claude Juncker. Neste segundo encontro, já no final da tarde, o emprego voltou a estar em evidência na conversa entre os dois chefes de Governo, bem como o atraso tecnológico da Europa. No fim do encontro, António Guterres falou com os jornalistas sobre alguns dos objectivos que pretende promover durante a presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre do ano 2000.

Objectivos europeus em 2000

António Guterres disse que gostaria que «a Europa fosse simultaneamente competitiva à escala mundial e capaz de assegurar altos níveis de protecção e de coesão social». O chefe do Governo português salientou também a necessidade da «Europa se dotar de uma estratégia que se repercuta posteriormente nos processos em curso». Como realçou na ocasião, Por-

tugal vai organizar em 23 e 24 de Março de 2000, na Feira Internacional de Lisboa, uma reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo dos Quinze exclusivamente dedicada à discussão de temas relacionados com o emprego e a sociedade de informação. Jean-Claude Juncker teve oportunidade de referir a experiência luxemburguesa na organização da primeira cimeira europeia consagrada também exclusivamente ao emprego, que se realizou no Luxemburgo, em Novembro de 1997. Na altura, os Quinze procuraram estabelecer-se metas para a criação do emprego e os Estados-membros aceitaram a criação de planos nacionais para a dinamização de mais postos de trabalho. O primeiro-ministro do Luxemburgo assegurou, por outro lado, que a presidência portuguesa «será uma tarefa difícil», realçando o lançamento das reformas institucionais da União Europeia e a realização de duas cimeiras que Lisboa poderá ter de organizar. Com vista à preparação da presidência e da cimeira extraordinária do emprego, António Guterres esteve já em Paris, em meados de Outubro, para reuniões com o Presidente Jacques Chirac e com o primeiro-ministro Lionel Jospin, tendo também recebido na semana passada em Lisboa

o presidente da Comissão e da presidência da União Europeia em exercício, respectivamente Romano Prodi e Paavo Lipponen. À actual presidência finlandesa segue-se a portuguesa, no primeiro semestre do próximo ano, e depois a francesa, no segundo semestre do ano 2000.

Presidência em momento decisivo

Também na terça-feira, em Paris, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, considerou que a presidência portuguesa da União Europeia e da União da Europa Ocidental (UEO) ocorrerá num momento decisivo para a segurança e defesa comuns europeias. Declarações de Jaime Gama que foram proferidas após discursar na 45ª sessão da Assembleia Parlamentar da UEO, única organização de defesa exclusivamente europeia e considera o embrião do futuro «braço armado» da União Europeia. Na sua intervenção, o ministro evidenciou as quatro prioridades da presidência portuguesa da UEO. «No primeiro semestre do ano 2000, vamos ter conjuntamente as presidências da União Europeia e da UEO, num momento em que se discutem matérias muito importantes para a identidade europeia de segurança e de defesa», adiantou o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. Na sua opinião, «a circunstância de termos em conjunto as duas presidências vai permitir a Portugal contribuir para este debate de forma muito positiva, pois não queremos, naturalmente, acabar estes exercícios com menos segurança e pior defesa», acrescentou o chefe da diplomacia portuguesa.

De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros, os eixos principais da presidência portuguesa da União Europeia da UEO articulam-se em torno do reforço do processo de controlo da UEO pela União Europeia e do aumento das capacidades da organização, conferindo-lhe meios de acção».

Em relação à Aliança Atlântica, segundo Jaime Gama, a presidência portuguesa pretende manter «o quadro transatlântico em funcionamento normal, demonstrando que se pode reforçar a identidade europeia de defesa e contribuir para um novo impulso da NATO». O ministro salientou ainda a preocupação de Portugal em compatibilizar com a nova arquitectura de segurança e de defesa europeia os países neutrais e os que não são simultaneamente membros da União Europeia, da UEO e da NATO.

No seu discurso, Jaime Gama destacou ainda a vontade portuguesa de «aprofundar a cooperação que a UEO conserva com a Rússia, a Ucrânia e os países mediterrânicos».

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro adjunto, Fernando Gomes, tranquilizou, no dia 26, em Lisboa, as federações das modalidades ditas amadoras, assegurando que o «desporto não é só futebol» e que o Governo está a estudar uma reformulação do financiamento do sector, pelo qual é o responsável máximo.

«Já tornei essa situação clara mais do que uma vez. O Desporto não é só futebol», disse Fernando Gomes, momentos antes do jantar comemorativo do 90º aniversário do Comité Olímpico de Portugal (COP), que decorreu sexta-feira, no Centro de Congressos de Lisboa.

«O sinal mais público desse comportamento do Governo foi o facto de, após a tomada de posse, ter recebido em primeiro lugar o Comité Olímpico de Portugal e, seguidamente, a Confederação do Desporto», acentuou.

O governante aproveitou ainda a ocasião para descansar os presidentes das federações das modalidades amadoras, garantindo que a organização do campeonato da Europa de futebol de 2004 não colocará em causa o financiamento a estas entidades.

«Em termos organizativos o Euro 2004 é uma situação que começa a ganhar contornos de auto-sustentação», explicou Fernando Gomes, antes de sublinhar que o Executivo só apoiará o Europeu de futebol em termos de infra-estruturas, graças às verbas provenientes do terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

Segundo Fernando Gomes, o que está em causa para os presidentes das federações das modalidades amadoras é o subsídio às «competições e organizações internacionais», eventos que Portugal acolherá em grande número, pelo menos, nos próximos quatro anos.

ADJUNTO PM

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, afirmou, no dia 26, que Portugal vai criar dentro de dois a três meses uma agência para a Segurança e Qualidade Alimentar, estando já a ser preparada a sua Lei Orgânica.



Armando Vara falava no final de um encontro com o comissário europeu responsável pela Saúde e Protecção do Consumidor, David Byrne, que antes se havia reunido com o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, e com o secretário de Estado da Protecção do Consumidor, Acácio

Barreiros.

Adiantando que um grupo de especialistas está igualmente a definir o conjunto de instituições que transitarão para esta agência, bem como as suas competências, Vara afirmou esperar ter uma proposta para entregar no Parlamento dentro de dois a três meses.

De acordo com o ministro, esta Agência Nacional para a Segurança e Qualidade Alimentar terá «todas as competências de fiscalização sobre tudo o que tem a ver com a verificação dos produtos inseridos na cadeia alimentar, por forma a conseguir garantir plena segurança no sector».

Questionado sobre a participação no projecto das associações de defesa do consumidor, Armando Vara afirmou que «algumas já deram o seu contributo para este dossier» e que, logo que o projecto esteja «relativamente estruturado», se voltará a ouvir «as opiniões de todas as entidades que têm a ver com isto».

Conforme afirmou o governante, este projecto insere-se na estratégia que a própria Comissão Europeia (CE) está a desenvolver, transformando também a qualidade e segurança alimentar num tema europeu.

CIÊNCIA

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, lamentou na sexta-feira, dia 26, em Bragança, que os participantes no I Encontro Luso-Espanhol não tenham aprofundado «mais as questões que dizem respeito ao desenvolvimento transfronteiriço, ficando por uma análise rápida».



Mariano Gago falava na sessão de encerramento do encontro que durante dois dias reuniu, no Instituto Politécnico de Bragança, cerca de 120 investigadores, professores, representantes de instituições públicas e empresários portugueses e espanhóis das regiões de Bragança e Castela e Leão.

O evento visou discutir o contributo da «Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Regiões Transfronteiriças» e resultou de um repto lançado pelo próprio titular da pasta da Ciência e da Tecnologia para uma maior cooperação e intercâmbio entre as duas regiões raianas, mas, na opinião do governante, «questões essenciais não foram consideradas e discutidas neste encontro».

«O País não pode continuar em análises frouxas e rápidas. Tem de avançar mais rapidamente e, sobretudo, tem de aprender

com os outros», considerou, realçando que «este tipo de iniciativas não se devem restringir a uma região, mas serem articuladas com outras experiências».

De acordo com o governante, «há que aproveitar o exemplo de outros países, nomeadamente da zona central da Europa, onde a cooperação transfronteiriça é já uma realidade há vários anos e em diversas áreas, para além da ciência e da tecnologia».

ECONOMIA

O ministro da Economia e Finanças, Pina Moura, anunciou sexta-feira, em Santa Maria da Feira, a criação, para breve, de uma agência reguladora da concorrência independente do Governo.



Segundo referiu, logo que o próximo director-geral do Comércio e Concorrência tomar posse, a respectiva Direcção-Geral será incumbida de lhe apresentar um conjunto de diplomas que crie uma agência reguladora da concorrência.

Questionado sobre a sua posição face a uma eventual concentração dos grupos Sonae e Jerónimo Martins, Pina Moura salientou que a preocupação do Governo nesta matéria é «garantir as condições de concorrência», a qual, em seu entender, deve ser «crescentemente regulada por entidades autónomas».

Por outro lado, disse ser intenção do Executivo «facilitar e estimular» os movimentos dos grupos económicos que «têm dimensão, capacidade e vontade para se consolidarem, reforçarem e internacionalizarem», situem-se eles «na área da distribuição, na área financeira, de telecomunicações, de energia ou gás natural».

Segundo salientou o governante, «foi dentro dessa orientação que se constituiu o grupo GDP/Transgás e que está a preparar-se a fusão deste com a Petrolgal».

«Apoiámos a estratégia de parceria da EDP com uma importante companhia eléctrica espanhola e temos estado a olhar para os movimentos de internacionalização das nossas empresas, incluindo o sector da distribuição, em que se situam a Sonae e a Jerónimo Martins, grupos que, sendo de base nacional, têm hoje uma componente internacional muito importante das suas actividades», afirmou.

EDUCAÇÃO

A secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, presidiu, no dia 30, em Viseu, à

sessão de encerramento do Encontro Nacional dos TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.



Este encontro, que decorreu no auditório da Escola Superior de tecnologia – Campus Politécnico –, foi promovido pelo Instituto de Inovação educacional e pretendia divulgar os estudos de investigação realizados no âmbito da avaliação dos TEIP e das suas práticas inovadoras.

Recorde-se que os TEIP visam promover a melhoria do ambiente educativo e da qualidade de aprendizagem dos alunos; uma visão integrada e articulada da escolaridade obrigatória, a criação de condições que favoreçam a ligação escola/vida activa; bem como a progressiva coordenação das políticas educativas e a articulação da vivência das escolas de uma determinada área geográfica com as comunidades em que se inserem.

Este programa, criado em 1996, tem intervenção em zonas social e economicamente carenciadas, tendo abrangido, no ano lectivo transacto, cerca de 57 mil alunos.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, afirmou no dia 28, em Braga, que a reforma do sistema judicial português vai começar pelo próprio ministério, com a alteração da sua lei orgânica.



António Costa fez estas afirmações na sessão de encerramento do III Congresso Nacional do Sindicato dos Funcionários Judiciais, revelando ainda que vai ser criada a figura do administrador de Justiça, numa tentativa para resolver os problemas de carácter logístico e burocrático que se

PELO PAÍS

avolumam nos tribunais. O governante sublinhou que estas reformas serão inseridas no sistema judicial em diálogo com as diferentes partes envolvidas.

Para António Costa, elas são vistas «como um problema delicado», mas - ressaltou - para ele «não existem problemas delicados, mas problemas para resolver».

O ministro da Justiça afirmou ainda que vão ser criadas 50 novas secretarias de injeção a serem instaladas em comarcas com maiores necessidades e que se somarão as duas já existentes em Lisboa e Porto para resolver os conflitos judiciais provocados pelas pequenas dívidas.

António Costa revelou também que até ao ano 2001 vai ser instalada a rede de informática do Ministério da Justiça, instalação esta que, segundo o ministro, implicará «um gigantesco esforço», não só pelo investimento, mas também pela exigência de formação profissional para os funcionários, magistrados e advogados.

«Isto irá acabar com o ciclo de desmoralização» que atinge as repartições oficiais, argumentou.

OBRAS PÚBLICAS

O ministro da Presidência e Obras Públicas, Jorge Coelho, manifestou segunda-feira, dia 29, em Lisboa, a intenção de deslocar-se rapidamente ao Parlamento para prestar esclarecimentos sobre a modernização da Linha Ferroviária do Norte.

Jorge Coelho contactou o presidente da Comissão Parlamentar do Equipamento Social, o camarada José Junqueiro, manifestando-lhe total disponibilidade para prestar esclarecimentos sobre a modernização da Linha do Norte.

O titular da pasta das Obras Públicas quer manter Assembleia da República informada sobre os problemas que será necessário enfrentar para assegurar a modernização da linha.

Jorge Coelho pretende também esclarecer os deputados sobre o relatório encomendado pelo Governo que aponta «erros, desajustes e insuficiências» no projecto.

O projecto de modernização da Linha do Norte, que visa assegurar a ligação ferroviária entre Lisboa e Porto em duas horas, foi lançado há dez anos, mas apenas foi realizado um terço dos trabalhos.

O ministro das Obras Públicas quer esclarecer os deputados sobre os vários problemas que surgiram durante a execução do projecto.

PESCAS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, reuniu-se no passado sábado, dia 27, em Olhão, com armadores e representantes sindicais para explicar ao sector o plano de contingência elaborado pelo Governo face à não renovação do acordo de pasce entre a União Europeia e Marrocos.

Já este mês o Executivo socialista pagará a cada pescador uma compensação extraordinária de 670 euros (aproximadamente 135 contos) e aos armadores licenciados no último trimestre, e que, cumulativamente, tenham operado em mais dois trimes-

Governação Aberta

tres de 1999.

O montante a pagar será calculado em função da tonelagem de arqueação bruta das embarcações.



Destaque-se que o futuro da actividade da frota comunitária em Marrocos estará em agenda num encontro entre o comissário europeu Frank Fischler e o ministro das pescas marroquino, Thamy El Khyari, previsto para o próximo dia 20.

SAÚDE

O secretário de Estado da Saúde, José Miguel Boquinhas, apelou no dia 26, em Matosinhos, ao «empenho vigoroso» dos profissionais de saúde para que a qualidade dos seus serviços seja uma realidade. José Miguel Boquinhas falava na abertura do seminário «O desafio da qualidade nos serviços de Saúde», que decorreu na Exponor, organizado pelo Instituto Português da Qualidade.

O secretário de Estado referiu o lançamento de dois programas nacionais relacionados com a gestão dos serviços de aprovisionamento e com o circuito do doente nos hospitais.

Estes programas, recentemente anunciados, visam combater os desperdícios de material hospitalar e melhorar o atendimento do doente, anunciou Boquinhas, salientando que «a reorganização dos serviços de saúde será feita por fases».

Segundo o governante, todos os estudos de opinião demonstram claramente que a percepção do doente e familiares relativamente à qualidade na saúde tem «muito mais a ver com o atendimento, humanização e relação médico/doente do que com o acto médico em si».

José Miguel Boquinhas defendeu a necessidade de reorganizar a marcação das consultas externas, evitando que as pessoas se concentrem às 9 horas da manhã para serem atendidas horas mais tarde, e o alargamento do horário de visitas aos doentes internados.

«É notória a falta de qualidade nestes serviços», sublinhou, acrescentando que «se torna necessário desmontar ideias pré-concebidas» para que, «dentro de algum tempo, se consiga maior qualidade na organização».

O secretário de Estado da saúde considerou «fundamental» que «cada um na sua profissão saiba o que fazer», tendo acesso a «manuais de instrução correctos».

DESTAQUE - CM

Bug 2000

RELATÓRIO TRANQUILIZADOR

O titular da pasta da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, confirmou, na passada terça-feira, não ter sido identificada «qualquer situação crítica que fizesse transparecer a impossibilidade de resolução atempada do problema informático do ano 2 000» em Portugal.

Esta é uma das conclusões da avaliação da situação nacional em relação à conformidade com o Bug 2 000, incluída num relatório apresentado, no dia 30, por Mariano Gago na reunião extraordinária do Conselho de Ministros.

Os sectores em que, por recorrerem mais a sistemas informáticos, se poderiam esperar maiores dificuldades, como os serviços públicos, o sistema de saúde, a Segurança Social e Finanças Públicas, o sistema financeiro, o sistema de transportes e os sistemas industriais foram analisados neste relatório, que garante, na maioria dos casos, a conformidade com o problema informático do ano 2 000.

As situações pontuais em que ainda subsistem problemas encontram-se em fase final de resolução. De qualquer modo, «estão criadas as condições para a activação do Plano Nacional de Emergência em conformidade com o Plano de Operações do Problema Informático do ano 2 000 proposto pelo Serviço Nacional de Protecção Civil», refere o relatório.

A resolução do Conselho de Ministros n.º 16/98 de 2 de Fevereiro incumbiu o Ministério da Ciência e da Tecnologia, através da Missão para a Sociedade da Informação (MSI), da coordenação das acções para a resolução do problema informático do ano 2 000 e da concretização das medidas do Livro Verde para a Sociedade da Informação na Administração Pública. Para tal, foi constituído no quadro da MSI um grupo especializado, bem como uma

«Task Force 2 000» em cada ministério, responsável pelo acompanhamento e relato das actividades de cada organismo no sentido da resolução do problema.

A MSI recomenda, no futuro, uma especial atenção às questões pontuais ainda pendentes bem como a criação, a nível nacional, de uma «task force» de acompanhamento da transição para o ano 2 000, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, a assumir no primeiro semestre do próximo ano.

De acordo com a MSI, deverá ser criado pelo Serviço Nacional de Protecção Civil um sistema de pré-aviso de ocorrências resultantes da passagem para o ano 2 000, tirando partido do facto desta acontecer com uma antecedência de até 13 horas a Oriente.

A grande maioria das organizações internacionais e a generalidade dos países estão atentos à questão do ano 2 000, alguns desde há dois ou três anos.

As Nações Unidas, com o apoio do Banco Mundial, criaram em Fevereiro de 1999 o Centro de Cooperação Internacional para o ano 2 000, concebido como centro de recursos para os meios de informação, profissionais do sector da informática e o público em geral.

A União Europeia constituiu também um grupo de estudo específico para este assunto e tem realizado reuniões com o objectivo de avaliar as implicações a nível transfronteiriço do problema do ano 2 000. O problema informático do ano 2 000 resulta do tratamento simplificado de dados pelos sistemas baseados em computadores ou microprocessadores.

O uso de apenas dois dígitos para representar o ano levará a que os sistemas que não tenham sido devidamente adaptados considerem os dois zeros de 2 000, como referentes ao ano 1 900.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 30 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que determina a devolução à ACEP - Associação Promotora do Ensino de Cegos, da denominação «Instituto António Feliciano de Castilho», que foi oficializado e integrado no Centro de Educação Especial de Lisboa em 1975;
- Um diploma que aplica aos militares da Guarda Nacional Republicana o regime do decreto-lei que aprova o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidas em missões humanitárias e de paz fora do território nacional;
- Um decreto-lei que atribui o direito a uma compensação remuneratória aos funcionários integrados em carreiras de pessoal operário auxiliar do Ministério da Cultura e organismos tutelados;
- Uma resolução que nomeia Miguel Jorge Campos Cruz gestor da Intervenção Operacional da Energia;
- Uma resolução que prorroga a nomeação de Maximiano Alberto Rodrigues Martins, até 31 de Dezembro de 2 000, para o cargo de gestor do Programa Específico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa;
- Uma resolução que nomeia José Manuel Consiglieri Pedroso como coordenador da Comissão Coordenadora das Acções de Informação e Divulgação do Euro;
- Uma resolução que nomeia Carlos José Bento Nunes para o cargo de vogal do Conselho de Administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

DEPUTADO HASSE FERREIRA

OMC

POR UM MERCADO REGULADO E SUBORDINADO À SOLIDARIEDADE



«Nós queremos o mercado, mas subordinado à solidariedade e regulado por regras aceites e equilibradas», afirmou no dia 24 o deputado do PS

Joel Hasse Ferreira, acrescentando ser necessário que «o crescimento e o reforço regulado do comércio internacional sejam o suporte de um desenvolvimento sustentável e equilibrado e não uma fonte de acréscimo de desigualdades entre classes, grupos sociais, forças e sectores económicos».

Joel Hasse Ferreira, na intervenção que efectuou na Assembleia da República na discussão da proposta de resolução do PCP sobre a aplicação da taxa de Robin, tendo como pano de fundo a reunião da OMC em Seattle, afirmou que «a concepção ultraliberal presente e hegemónica durante alguns anos nos países europeus, no GATT e na própria OMC não só nunca mereceu o nosso acordo como terá correspondido de certa forma ao domínio ideológico de um neoliberalismo político que da velha Albion de Thatcher ao reaganismo económico dominou o mundo e teve os seus defensores na Europa da União».



Efectivamente, frisou, «a ideologia liberal ou até ultraliberal dominante em muitas organizações internacionais procurou aperfeiçoar um modelo de negociação e de crescimento, suportado nas práticas e orientações políticas dominantes no mundo anglo-saxónico e na União Europeia». Segundo sublinhou o deputado socialista

ta, no momento em que vivemos, na altura da Ronda do Milénio, pode-se considerar «muito importante a defesa da versão humanamente aceitável da globalização».

Reforma das organizações económicas internacionais

Para Joel Hasse Ferreira, «o caminho pelo comércio internacional regulado é o correcto», acrescentando que o que é realmente preciso «é uma reforma das organizações económicas internacionais». Esse caminho, adiantou, «não tem o impacto mediático da sua superficial e espectacular contestação, mas parece-nos o mais adequado aos interesses económicos e sociais nacionais, ao progresso da União Europeia e ao bem-estar da humanidade».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO VÍTOR PEIXOTO

Requerimento

SAÚDE PARA ODIVELAS E SANTO ADRIÃO

Quanto tempo levará a construção do Centro de Saúde de Odivelas e qual a situação actual do Centro de Saúde de Santo Adrião são as questões que o deputado do GP/PS Vítor Peixoto apresentou, em requerimento, à ministra da Saúde, Manuel Arcanjo, durante a sessão plenária do Parlamento que decorreu no passado dia 24 de Novembro.

Vítor Peixoto sublinhou o carácter premente da construção desta infra-estrutura de cuidados de saúde em Odivelas, apontando para a «grande densidade populacional» do concelho, que «como é óbvio, exige equipamentos colectivos proporcionais às suas necessidades».

«O projecto arquitectónico do novo Centro de Saúde encontra-se concluído desde o início de Julho de 1999, pelo que as obras

do Centro de Odivelas já deveriam ter-se iniciado», lê-se no documento assinado pelo parlamentar do PS.

Vítor Peixoto faz questão de destacar os sucessivos adiamentos dos trabalhos de construção da infra-estrutura de saúde, derivados de algumas alterações ao projecto inicial.

Segundo o deputado socialista, estas alterações «comportarão delongas na finalização da construção do centro, com significativos prejuízos para o bem-estar e qualidade dos serviços de saúde em Odivelas».

Vítor Peixoto não deixou passar a oportunidade de referir que as demoras de construção afectam também o Centro de Saúde da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião.

M.R.

DEPUTADA ZELINDA SEMEDO

Requerimento

ONDE PASSA O TGV?

A deputada socialista Zelinda Semedo pediu esclarecimentos a Jorge Coelho, ministro do Equipamento Social, sobre a localização do traçado da linha de comboio de alta velocidade, TGV, que ligará Lisboa a Madrid.

No requerimento apresentado à Assembleia da República, no passado

dia 24 de Novembro, a parlamentar do PS faz referência à «acesa polémica» que esta matéria tem desencadeado nos órgãos de Comunicação Social do distrito de Portalegre, com declarações públicas de várias entidades, entre elas as do presidente da Câmara Municipal de Elvas.



AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 2

Às 15 horas de hoje, os partidos políticos com assento parlamentar discutem, na Assembleia da República, dois projectos de lei e um projecto de deliberação. O primeiro projecto de lei, da iniciativa do Partido Popular, prevê a criação da Área Metropolitana de Aveiro. O segundo, do PCP, estabelece o aumento do salário mínimo nacional.

Por seu turno, no projecto de deliberação, apresentado pelo PEV, pretende-se a adopção de medidas tendentes à melhoria do funcionamento da Assembleia da República e à sua credibilidade.

Sexta-feira, dia 3

O Parlamento reúne em plenário, amanhã, a partir das 10 horas, para fazer perguntas ao Governo.

MACAU'99

Sessão solene

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ASSINALA TRANSFERÊNCIA

A Assembleia da República (AR) vai assinalar a transferência de Macau para a China com uma sessão solene no próximo dia 14, anunciou terça-feira, em Lisboa, o presidente do Parlamento, Almeida Santos. Falando no final de um encontro com o governador de Macau, Rocha Vieira, Almeida Santos disse que estarão presentes na sessão solene o Presidente da República, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro, António Guterres, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Cardona Ferreira, e outras autoridades civis e militares, além dos deputados e de ex-chefes de Estado.

«A Assembleia não podia deixar de assinalar a transferência de Macau para a administração chinesa. É um momento histórico da vida de Portugal e creio que a Assembleia faz bem em assinalar isso com toda a pompa e circunstância», jus-



tificou o presidente da AR. A China vai reassumir o exercício da soberania sobre Macau no dia 20, atribuindo ao território administrado por Portugal durante mais de quatro séculos o estatuto de Região Administrativa Especial, com um elevado grau de autonomia. Almeida Santos disse também que não haverá uma revisão constitucional especial para adequar a Constituição Portuguesa à nova realidade de Macau.

No texto constitucional, Macau é referido como um território chinês sob administração portuguesa.

«Não vamos fazer uma revisão constitucional para esse efeito (...). Quando tiver lugar uma revisão da Constituição, então sim, eliminaremos essa norma», disse. Em relação a Timor-Leste - em que a Constituição alude às responsabilidades portuguesas na promoção do respectivo processo de autodeterminação -,

Almeida Santos considerou que o «problema é diferente, porque ainda há incógnitas».

«Nós não sabemos o que se vai passar daqui para a frente, mas já sabemos que muito provavelmente, e quase com certeza (Timor-Leste) vai ser um novo Estado independente, o que significa que tem reflexos ao nível da cidadania portuguesa, porque os cidadãos de Timor ainda são cidadãos portugueses», referiu.

A eventual independência de Timor-Leste terá igualmente «reflexos ao nível das responsabilidades portuguesas sobre o território de Timor, que passarão a ser nenhuma, salvo as relações de cooperação e de amizade», prosseguiu.

«Serão dois toques necessários na Constituição quando tivermos a próxima revisão. Antes disso, não se justifica uma revisão extraordinária», acrescentou o presidente da AR.

PESCAS

Resposta a requerimento

APOLINÁRIO ESCLARECE



«Actualmente os fundos comunitários e nacionais não prevêem a possibilidade de comparticipação financeira nas despesas associadas à construção de sede das associações de profissionais», mas, este assunto poderá vir a ser equacionado em Bruxelas, no próximo Quadro Comunitário de Apoio», uma vez que «as associações de profissionais têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante». Foi esta a resposta que o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, deu ao requerimento apresentado, recentemente, na Assembleia da República, pelo deputado socialista José Carlos Tavares. No texto de resposta ao requerimento do parlamentar do PS esclarece-se também que «está em fase de conclusão o projecto de execução do alargamento e pro-

longamento do Cais da Rua e de beneficiação da rampa de alagem de embarcações».

Sobre a actividade de pesca no troço internacional do Rio Minho, o documento refere que é do «reconhecimento mútuo dos Governos português e espanhol» a necessidade de rever este dispositivo, pelo que já está em marcha um novo projecto de regulação, que deverá assumir a forma de «troca de notas».

A terminar o texto divulgado pelo Gabinete do secretário de Estado das Pescas anuncia-se que está prevista para breve a efectivação da dragagem do canal de acesso à ponte, cais e aos estaleiros de Caminha, tendo sido realizada em Outubro deste ano, a abertura de propostas de concurso público para a empreitada. **M.R.**

PORTO 2001

GP/PS aprova

VOTO DE SAUDAÇÃO A TERESA LAGO

A Assembleia da República aprovou no dia 18, um voto de saudação pela nomeação de Teresa Lago para a presidência da Sociedade Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, apresentado pelo Partido Socialista.

O voto foi aprovado com os votos do PS, PCP e PEV e as abstenções do PSD, CDS/PP e Bloco de Esquerda.

O Parlamento saúda a nomeação de Teresa Lago, «na convicção de que as suas excepcionais qualidades intelectuais e profissionais, já sobejamente demonstradas

ao longo de uma brilhante carreira de investigadora, lhe permitirão, com o indispensável apoio institucional, levar a bom termo o projecto até agora liderado, com indiscutível mérito, por Artur Santos Silva, cujo empenhamento reconhece e saúda».

No texto, a bancada socialista manifesta ainda o desejo de «um apoio sem reservas por parte da Administração Central e Local à adopção de medidas necessárias para que o Porto 2001 venha a ser mais uma cabal demonstração da capacidade de realização do País».

Deputados socialistas em órgãos do Estado e em assembleias internacionais

União Interparlamentar: João Cravinho (presidente), Alberto Costa, Carlos Zorrinho (secretário), João Rui Almeida, António Martinho, Rui Vieira (tesoureiro) e Rosa Maria Albernaz.

OSCE: António Reis (presidente), José Saraiva, Afonso Candal e Maria Santos.

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa/União da Europa Ocidental: José Medeiros Ferreira (presidente),

Carlos Luís, José Vera Jardim e Jorge Lacão. Suplentes: Laurentino Dias, Mafalda Troncho e Cláudio Monteiro.

Assembleia do Atlântico Norte: Eduardo Pereira (presidente), Marques Júnior, Francisco Assis e José Lamego. Suplentes: Mota Andrade, Sónia Fertuzinhos e Ricardo Castanheira.

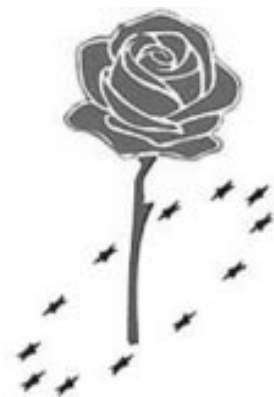
Conselho de Estado: Manuel Alegre, João Soares, Gomes Canotilho, Pedro Coelho e António Reis.

INFORMAÇÃO E CONSULTA DOS TRABALHADORES NA UNIÃO EUROPEIA

Os eurodeputados socialistas portugueses têm-se vindo a destacar, mais uma vez, em Estrasburgo, pelas suas intervenções abordando assuntos de particular relevância para a Europa social que pretendem construir.

Sempre alenta às questões que se prendem com a defesa dos trabalhadores no espaço europeu, a eurodeputada socialista Elisa Damião, numa intervenção no plenário de Estrasburgo sobre a importância de uma directiva comunitária referente à informação e consulta dos trabalhadores na União Europeia, chamou a atenção para a necessidade imperiosa de se evitar o desequilíbrio no diálogo social, da ética e da boa-fé das partes.

Elisa Damião exemplificou com o caso da multinacional Ford que fez deslocar uma fábrica de Portugal para a Polónia onde prometeu investimentos a troco de incentivos fiscais, e que agora anuncia o encerramento de duas fábricas: na Polónia e em Portugal.



Segundo sublinhou a eurodeputada socialista, este tipo de situações, além de ser «preocupante» e gerador de «traumas sociais», exige a tomada de medidas legislativas e acções de monitorização da Comissão à real necessidade de reestruturação das grandes empresas.

Organização Mundial do Comércio

O eurodeputado socialista António José Seguro, intervindo no ponto relativo ao relatório Schwaiger sobre a ronda do milénio da Organização Mundial do Comércio, reafirmou que os socialistas são favoráveis à negociação, mas não a uma negociação qualquer. Desde logo, considerou António José Seguro, a negociação tem de ser global e entendida como instrumento para a criação de uma sociedade mais justa, de um desenvolvimento mais sustentado onde o homem seja o centro das decisões.

Cooperação judiciária civil

Num intervenção em que abordou a problemática da cooperação judiciária civil, o eurodeputado socialista Luís Marinho considerou que o novo regulamento relativo ao reconhecimento de decisões judiciais sobre o fim do vínculo matrimonial e o exercício do poder paternal é um sinal de aperfeiçoamento criativo da ordem jurídica comunitária e significa o nascimento de um novo conjunto de regras comuns.

Programa DAPHNE

Por sua vez, a eurodeputada socialista Helena Torres Marques, ao intervir no âmbito do Programa DAPHNE (programa relativo a medidas preventivas de combate à violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres), destacou o papel que as ONG e a Comunicação Social podem desempenhar no que concerne à divulgação e à compreensão das acções deste programa.

J. C. C. B.

CARTA INÉDITA DE GUTERRES E LIPPONEM AOS PAÍSES-MEMBROS

A primeira vez na Europa que dois primeiros-ministros escreveram uma carta conjunta pedindo aos outros países contributos para uma cimeira ocorreu no dia 26 à noite com a mensagem enviada por Guterres e Lipponem visando a Cimeira do Emprego.

Numa conferência de Imprensa que deu com o seu homólogo finlandês, Paavo Lipponem, depois de duas horas de reunião na Residência Oficial de S. Bento, António Guterres - que salientou a boa articulação entre a Presidência finlandesa e a preparação da que se lhe segue, a portuguesa, a partir de 31 de Dezembro - disse estar convencido de que foi a primeira vez que tal ocorreu na União Europeia.

A Cimeira Extraordinária do Emprego que vai realizar-se em Lisboa em Março próximo foi, aliás, considerada pelo chefe do Governo da Finlândia como o facto mais importante da Presidência portuguesa da UE, na qual vão ser debatidos temas tão importantes como a competitividade e a defesa do modelo social europeu.

Defesa do modelo social europeu

O envelhecimento progressivo da popula-

ção europeia é também um assunto que deverá ser tratado na Cimeira de Lisboa, disse ainda Lipponem, que destacou o carácter histórico dos temas que vão estar em cima da mesa na presidência portuguesa e que incluem, igualmente, o arranque das negociações para o alargamento aos novos países e a preparação das reformas necessárias na UE.

Na conferência de Imprensa ambos defenderam que a Europa tem de desenvolver um processo que lhe permita enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento, ser competitiva a nível mundial e, ao mesmo tempo, fazê-lo com políticas de emprego e de combate à pobreza e à exclusão social.

Depois da reunião de trabalho e da conferência de Imprensa conjunta com o primeiro-ministro da Finlândia e actual presidente do Conselho Europeu, António Guterres ofereceu um jantar em sua honra na Residência de S. Bento, no qual esteve também presente o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

Guterres e Lipponem voltarão a reunir-se no Conselho Europeu que se realizará a 10 e 11 de Dezembro em Helsínquia e que assinala o último mês da presidência finlandesa.

MÁRIO SOARES ELABORA RELATÓRIO SOBRE MACAU

O camarada Mário Soares foi o eurodeputado escolhido pela Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu (PE) para elaborar um relatório sobre a transição de Macau para a administração chinesa.

O relatório final será, porém, o resultado da síntese do documento a elaborar por Soares com um outro, este da autoria do eurodeputado do PSD Vasco Graça Moura, que será o «relato-sombra» sobre a transi-

ção de Macau, da responsabilidade do Partido Popular Europeu (PPE).

Ainda por decidir está se o relatório será submetido à apreciação do PE antes ou depois de decorridas as cerimónias de transição.

O eurodeputado socialista Luís Marinho e o eurodeputado laranja Pacheco Pereira serão os dois representantes do PE que se deslocarão a Macau para a cerimónia de transição.



TIMOR-LESTE

Crimes contra a humanidade

JURISTAS DEFENDEM CRIAÇÃO DE TRIBUNAL INTERNACIONAL

Timor-Leste é um caso de direito internacional penal que justifica plenamente a criação de um tribunal específico para julgar os crimes contra a humanidade, sustentaram diversos juristas portugueses.

Na última mesa-redonda organizada no dia 12 pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa sobre «Timor e o Direito», dedicada à justiça penal internacional, os intervenientes falaram a uma só voz para defender o julgamento dos crimes cometidos em Timor por um tribunal internacional criado especificamente para o efeito.

A explicação jurídica sustentou as afirmações: Timor-Leste não tem uma estrutura jurídica, os tribunais portugueses não têm jurisdição para julgar estes crimes porque Portugal já não tem a soberania do território e o ocupante indonésio é suspeito no caso. «Neste contexto, estão criados os ingredientes para a criação de um tribunal internacional penal, semelhante ao que aconteceu para o Ruanda ou para a Jugoslávia», afirmou a professora da Faculdade de Direito de Lisboa Maria Fernanda Palma, tendo em conta a ocorrência de crimes graves contra os direitos humanos.

A acrescentar a esta lacuna jurídica está o facto de o tribunal internacional penal permanente criado em 1998 em Roma não estar ainda em vigor - por não ter sido ratificado pelo número mínimo de países necessários (60) - e não ter efeitos retroactivos, ou



seja, só poder julgar os crimes cometidos depois de entrar em funcionamento, explicou a docente da Universidade do Minho Leonor Assunção, que apelou ao «repúdio» da comunidade internacional pelo que aconteceu em Timor.

Nesta matéria, Maria Fernanda Palma fez questão de lembrar que Portugal é um dos países que ainda não ratificou o acordo de Roma. Ao todo, apenas quatro o fizeram. Um dos responsáveis pela delegação portuguesa nas negociações do acordo de Roma, o embaixador Costa Lobo, explicou ao pormenor o processo que levou à sua elaboração, para daí tirar uma lição.

«O processo de criação do estatuto levou

ao aumento da consciência da gravidade dos actos. Isto aplica-se a Timor-Leste», afirmou.

Maria Fernanda Palma lançou mesmo um desafio: «Que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa inscreva nos seus desígnios a criação de um tribunal internacional penal para Timor-Leste».

Ao moderador e ex-professor da Faculdade de Direito de Lisboa Silva Cunha coube a conclusão do encontro.

«Há uma diferença entre o que se escreve e se diz e o que se faz. A sociedade internacional continua a assentar em Estados soberanos que se guiam por interesses e não por princípios. Quanto tempo mais vai ser assim? Poderá haver esperança?». A questão ficou sem resposta.

Comissão Europeia disponibiliza dois milhões de contos

A Comissão Europeia disponibilizou 10 milhões de euros (dois milhões de contos) para ajuda a organizações humanitárias que operam em Timor-Leste.

Este reforço da ajuda financeira eleva para 15 milhões de euros (três milhões de contos) o total de fundos canalizados pelo executivo comunitário através da sua agência de ajuda humanitária, a ECHO, para apoio, durante os próximos nove meses, a organizações não governamentais (ONG) das Nações Unidas a operar em Timor-Leste.

No final de Setembro, o executivo comunitário tinha já aprovado a criação de um fundo de oito milhões de euros para apoiar a ajuda humanitária à população de Timor-Leste, dos quais apenas cinco milhões (um milhão de contos) foram disponibilizados nesta altura.

Agora, e em face das necessidades acrescidas de «ajuda alimentar, abrigo, cuidados médicos básicos e melhoria das condições sanitárias e fornecimento de água», o comissário com a pasta do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Poul Nielson, decidiu acrescentar sete milhões de euros (1,4 milhões de contos) aos três milhões da segunda «tranche».

Este reforço da ajuda comunitária a Timor-Leste surgiu dois dias antes da deslocação de Poul Nielson ao território, onde visitou campos de refugiados em Timor Ocidental e manteve encontros com as autoridades das Nações Unidas e com membros da Resistência.

O membro do Executivo comunitário encarregue do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária teve encontros, em Timor-Leste, com o líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, e com o bispo D. Ximenes Belo.

Nielson foi ainda recebido pelo chefe da Administração Transitória da ONU (Untaet), Sérgio Vieira de Melo, e pelo comandante do contingente internacional Interfet, o general australiano Peter Cosgrove.

DIREITOS HUMANOS

AI denuncia

MAIS DE 300 MIL MENORES COMBATEM EM GUERRAS

Quarenta anos após a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, pelas Nações Unidas, calcula-se em mais de 300 mil o número de menores que actualmente combatem em guerras, sendo frequentemente raptados ou forçados a alistarem-se. Segundo um comunicado da Amnistia Internacional (AI) destinado a assinalar o 10º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro, estima-se em mais de 300 mil as crianças que actualmente combatem no Afeganistão, Angola, Colômbia, Ruanda, Serra Leoa, Sri Lanka e Uganda.

A nível da Europa, a Grã-Bretanha é o único país que destaca regularmente jovens com menos de 18 anos para situações de combate.

A guerra é uma realidade do quotidiano de 14 milhões de crianças deslocadas dentro do seu próprio país devido a conflitos para os quais em nada contribuíram. Calcula-se que um terço das baixas de guerra são crianças.

«O recurso a crianças-soldados é uma decisão consciente tomada por governos ou por dirigentes de grupos armados da oposição», refere a AI.

«A utilização de crianças-soldados apenas aumenta o ciclo de violência, brutalizando uma nova geração», adianta.

A CDC proíbe a aplicação da pena de morte a pessoas que tenham cometido crimes antes de perfazerem os 18 anos de idade. Contudo, só na década de 90, a AI teve conhecimento de 19 execuções que se inserem nesta situação.

Dez das 19 execuções foram levadas a cabo nos Estados Unidos, e as restantes no Irão, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita e no Lemen.

Acresce que mais de 70 pessoas, nos Estados Unidos, se encontram na ala da morte por crimes cometidos antes dos 18 anos. Neste quadro, a AI alerta para o facto de governos de vários continentes não respeitarem o compromisso assumido de proteger os menores contra violações dos direitos humanos.

«As crianças sofrem todos os dias devido a

passividade dos governos, política deliberada, e falta de vontade de cumprir as obrigações assumidas na CDC», segundo a AI. O espectro de violações de que as crianças são vítimas vai desde a tortura, maus-tratos infligidos pela polícia, vingança perpetrada por membros de famílias, tráfico para trabalho forçado, prostituição, trabalhos pesados, crianças-soldados, até à execução.

«As crianças sofrem não só física como mentalmente», sublinha a AI, salientando que «as cicatrizes emocionais provocadas por medo extremo ou actos de brutalidade podem ter duradouros efeitos traumáticos - a perda da inocência própria da infância não pode ser invertida».

A lista de violações perpetradas contra crianças é interminável apesar de quase todos os países terem ratificado a CDC (exceptuando os Estados Unidos e a Somália), bem como outros tratados internacionais como a Convenção contra a Tortura.

As crianças são vítimas de negligência, abusos e violência quando entrou em con-

tacto com a lei. Quando as são detidas pela polícia - muitas vezes sem acusação formulada ou julgamento - são frequentemente torturadas e vítimas de maus-tratos para serem obtidas confissões e, em alguns casos, são violados.

Os direitos legais das crianças são muitas vezes ignorados, os pais não são informados do seu paradeiro e são detidas em condições degradantes, acusa a AI que colheu testemunhos de menores de 14 anos que foram sexualmente atacados pela polícia turca.

«Para a vasta maioria das crianças a justiça juvenil não é a reabilitação e cuidados especiais, mas a intolerância e uma maior marginalização», critica a AI.

«Os governos, grupos da oposição e outros intervenientes têm de respeitar os compromissos assumidos na Convenção dos Direitos da Criança para garantir que o respeito pelos direitos das crianças se torne uma realidade», conclui a AI, frisando que «os direitos das crianças são os tijolos para garantir os direitos humanos das gerações futuras».

RTP

Financiamento

SOLUÇÃO RÁPIDA E TRANSPARENTE

O ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, assegurou, no dia 30, em Lisboa, que fará face à questão do financiamento do serviço público de televisão «com rapidez, determinação e transparência», sublinhando que aquele serviço «não pode deixar de ter custos e grandes». «Quem quer que assuma de forma clara as vantagens de ter um serviço público de televisão capaz de responder às expectativas que os cidadãos mantêm em relação à própria qualidade da democracia, tem, por isso mesmo, de assumir também que isso tem custos que é preciso encarar com sentido de responsabilidade, mas sem complexos», precisou o governante, que falava na sessão de abertura da conferência «Evolução e tendências do serviço público de televisão».

Segundo Armando Vara, a ideia de que a privatização de um canal resolveria o problema da RTP «não só não é verdadeira como, a prazo, contribuiria para agravar os custos dos canais de serviço público e lançaria, seguramente, instabilidade no mercado de publicidade, com consequências óbvias na saúde financeira do conjunto dos operadores comerciais».

«Relançar um serviço público de televisão que se pode revelar um potente motor para uma democracia de qualidade, designadamente na sua componente pluralista» é pois o objectivo do Governo enunciado por Armando Vara, que salientou que tal não será conseguido com



«apostas minimalistas».

Em relação ao caminho a seguir para atingir tal objectivo, o ministro defendeu a necessidade de reformular o sistema organizativo e a estrutura empresarial da RTP, «com flexibilização, agilização e racionalização do sistema e substancial redução de custos».

A propósito, o governante referiu que «estão já tomadas as decisões que vão permitir separar a actividade de serviço público da RTP da restante actividade empresarial, procurando aqui estabelecer parce-

rias com outras entidades que permitam relançar de forma eficaz a capacidade de produção e de comunicação» da empresa, «definindo com clareza as regras do jogo para que todo o sector privado de produção de conteúdos se sinta estimulado e não ameaçado».

É necessária ainda, segundo Vara, «uma clara aposta em conteúdos que motivem novas audiências», uma aposta em produtos de qualidade, em criatividade e agilidade no modo de fazer televisão, em

rigor e qualidade nos serviços de informação, em promoção das produções nacionais, da língua e da cultura portuguesa. Uma «programação popular de qualidade que aposte em conquistar os portugueses», sublinhou.

A importância da conferência, organizada pelos Conselhos de Administração e de Opinião da RTP, foi destacada pelo presidente do primeiro destes órgãos: debater para readequar a vocação da empresa, mas também permitir que os cidadãos tenham «oportunidade para compreenderem a importância de que este serviço se revele para a nossa sociedade».

O presidente da RTP referiu, a propósito da questão do financiamento, que Portugal constitui uma excepção na Europa, partilhada pela Espanha, no que se refere à inexistência de uma taxa de televisão, possuindo ainda limitações legais em relação ao tempo para publicidade na RTP1 e a sua interdição na RTP2.

Também ao contrário do que é habitual na generalidade dos países da União Europeia o financiamento da RTP depende maioritariamente do Orçamento de Estado, adiantou Brandão de Brito, defendendo a necessidade de «encontrar outras formas e processos de financiamento estáveis que permitam pagar os custos do serviço público».

Cada cidadão português contribui para o serviço público com uma verba máxima anual de 2 600 escudos, pouco acima dos 200 escudos por mês, «a segunda (verba) mais baixa da União Europeia».

FINANÇAS

PROCOM

CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ FINAL DE JUNHO TÊM FINANCIAMENTO

Todas as candidaturas apresentadas no âmbito do PROCOM até 30 de Junho deste ano que forem aprovadas terão assegurado o respectivo financiamento, referiu a porta-voz do Ministério das Finanças, garantindo que «não há falta de verbas».

A porta-voz do Ministério sublinhou que o financiamento das candidaturas ao Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) que forem aprovadas será assegurado quer através do recurso a verbas do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), quer do II, quer ainda, caso seja necessário, do Programa Operacional de Economia (POE).

Em conjunto o II e III QCA dispõem de verbas no montante de 170 milhões de contos, respectivamente 20 milhões e 150 mi-



lhões de contos.

O prazo de candidaturas ao PROCOM terminava a 30 de Maio deste ano, tendo posteriormente sido alargado até 30 de Junho. No último mês foram entregues sete mil candidaturas, o que aumentou o número para 8500.

Segundo a mesma fonte, ainda não foram analisadas todas as candidaturas. Contudo, 3600 já foram aprovadas, valor que deverá aumentar para um pouco mais de quatro mil até ao final do ano.

O Ministério das Finanças quer garantir uma «maior tranquilidade» aos comerciantes, sublinhando que «não vão faltar verbas» para as candidaturas aprovadas.

O ministro das Finanças, o secretário de Estado do Comércio e o dos Assuntos Fiscais reuniram-se entretanto com a Confe-

deração do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), à semelhança do que aconteceu com as outras confederações, não havendo qualquer declaração dos responsáveis no final do encontro.

No entanto, a porta-voz do Ministério das Finanças afirmou que foram discutidas as preocupações da CCP em relação ao programa PROCOM, ficando combinado o trabalho a efectuar.

Na mesma reunião falou-se ainda na actividade económica em Portugal e sobre assuntos relacionados com a preparação do Orçamento de Estado (OE) para o ano 2000.

Ficou ainda marcada uma nova reunião com a CCP para meados de Dezembro, durante a qual se voltará a discutir o OE/2000.

EURO

Antecipação de transição

PORTUGAL PREPARADO

Portugal está preparado para a antecipação da introdução das notas e moedas de euro, de Junho de 2002 para Fevereiro do mesmo ano, apesar de haver ainda «muito trabalho a fazer».

A garantia foi dada, no dia 30, pelo ministro das Finanças e Economia, Pina Moura. Os trabalhos de preparação para o euro são, desde terça-feira passada conduzidos por Consiglieri Pedroso, o novo presidente da Comissão Euro Empresas (Ministério da Economia) e da Comissão Euro do Ministério das Finanças, que foi empossado, no mesmo dia, por Pina Moura e se referiu à moeda única como «uma obra comum respeitante a todos os cidadãos».

Consiglieri Pedroso afirmou que é sua intenção ser um «pólo aglutinador» ao prosseguir uma «actividade descentrada, desenvolvida em rede» e baseada numa «dinâmica de continuidade» do trabalho já feito por Sequeira Freire, Leonardo Ferraz Carvalho e Vítor Santos, que o antecederam na presidência das comissões.



Na cerimónia de tomada de posse, Pina Moura salientou que «a partir do trabalho já feito, passamos a uma fase superior

onde vai continuar a participação integrada da Administração Pública, nomeadamente no âmbito das acções já desenvol-

vidas pela sociedade civil.

«O euro, a União Económica e Monetária ou a UE são realidades de um destino que Portugal quer seguir e, por exemplo, a Europa é capaz, pela primeira vez e com uma posição única, de contribuir para que a regulamentação do comércio internacional seja livre, mas também justa», frisou o ministro, referindo-se à cimeira da Organização Mundial de Comércio.

Para o responsável das Finanças e Economia, entre as prioridades daquele encontro, a decorrer em Seattle, conta-se a necessidade de chegar a um acordo global e não parcelar, a inclusão de matérias importantes como as ambientais e a tentativa de obtenção de mais justiça nas regras comerciais.

Pina Moura continua confiante no euro, apesar das descidas verificadas na sua cotação nos últimos dias e diz mesmo que «é a moeda de uma economia cujos fundamentos são sólidos» para além de as previsões para a zona da União Europeia serem positivas em termos de crescimento, o que reforça a nova unidade monetária.

AÇORES

Sismo de 98

GOVERNO REGIONAL INVESTE TRÊS MILHÕES PARA A RECONSTRUÇÃO

O Governo Regional açoriano, presidido pelo socialista Carlos César, vai investir no próximo ano três milhões de contos para a reconstrução das zonas afectadas pelo sismo de 1998.

O anúncio foi feito no passado dia 17 de Novembro pelo secretário de Estado da Habitação.

José Contente, que falava na comissão parlamentar que acompanha a acção governamental sobre a matéria, salientou que



a verba é superior à prevista nos programas normais de habitação para as nove ilhas do arquipélago.

Segundo referiu, no próximo ano o Governo Regional vai dar prioridade às obras por empreitada e aos apoios à auto-reconstrução no Faial, ilha que ficou com 70 por cento do seu parque habitacional danificado.

O Executivo socialista já investiu 1,9 milhões de contos (9,5 milhões de contos) em pequenas reabilitações e reparações

em moradias, estando em curso 350 obras na ilha.

José Contente garantiu, ainda, que as verbas previstas para este ano serão totalmente executadas, reflectindo a preocupação governamental de concluir o processo da reconstrução o mais rapidamente possível.

Recorde-se que o sismo do último ano, que atingiu as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, vitimou oito pessoas, deixando milhares desalojadas.

TRABALHO

Inspecção

UGT QUER REFORÇO DA IGT

A UGT alertou o ministro do Trabalho para a necessidade de reforçar a Inspecção-Geral de Trabalho (IGT) com mais meios materiais e humanos, de forma a que este organismo garanta o respeito pela lei. No final da primeira reunião de trabalho com Ferro Rodrigues que se realizou no passado dia 17, o secretário-geral da UGT, João Proença, disse que aproveitou o encontro com o ministro para manifestar as preocupações da UGT relativamente à falta de meios da IGT.



O sindicalista lembrou ainda que a IGT vai passar a ter «novos Instrumentos» a partir de 1 de Dezembro, com a entrada em vigor de quatro diplomas relativos a sanções para quem viola a lei laboral.

A qualidade do emprego, a necessidade de continuar a reduzir o desemprego e o tempo de trabalho foram outras das questões levantadas pela central sindical, que lembrou ao ministro que os parceiros sociais também devem participar nas discussões que vão ter lugar no âmbito da presidência portuguesa da União

Europeia.

Relativamente à Lei de Bases da Segurança Social, a UGT manifestou as suas preocupações acerca do plafonamento e eventual ligação das pensões aos rendimentos familiares, mas o ministro sossegou-a dizendo que não existe nenhuma proposta nesse sentido.

A UGT aproveitou ainda o encontro para pedir a Ferro Rodrigues «uma concertação social mais permanente», que discuta e promova acordos em áreas específicas.



Albufeira

III Concurso de Fado Amador

No passado dia 19 de Novembro, decorreu em Olhos de Água a 5ª eliminatória do III Concurso de Fado Amador de Albufeira.

Sara Gonçalves, da Fuzeta, classificou-se em 1º lugar, enquanto Maria dos Santos, de Beja, e João Valentim, de Portimão, classificaram-se, respectivamente, em 2º e 3º lugares.

Amadora

Alunos pobres vão ter uma refeição quente por dia

É uma medida de alargado alcance social tomada pela Câmara da Amadora, presidida pelo socialista Joaquim Raposo. O número de alunos carenciados que recebem uma refeição quente gratuita nas escolas primárias da Amadora aumentou de 1400 para 2650 através de uma medida aprovada pela autarquia.



A medida camarária alarga o fornecimento de refeições quentes gratuitas às escolas sem refeitório, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 480 escudos diário por criança, totalizando cerca de 20 mil contos até ao final do ano. As refeições já começaram a ser servidas desde o passado dia 15 de Novembro, asseguradas por uma empresa da especialidade.

Ao todo existem 2654 alunos carenciados nas escolas primárias, 1400 dos quais já recebiam a refeição porque frequentam escolas com refeitório.

Requalificação da Estrada dos Salgados

A autarquia aprovou ainda uma proposta para o lançamento do concurso público para a requalificação da Estrada dos Salgados, na freguesia da Falagueira. O concurso tem um valor base estimado de 47 mil contos e inclui a construção de uma fonte ornamental e de zonas verdes. Será construída uma rotunda no cruzamento para a freguesia da Brandoa.

Cabeceiras de Basto

Ações de segurança rodoviária

A Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto aprovou recentemente uma candidatura à Direcção-Geral de Viação, no âmbito da segurança rodoviária.

O apoio alcançado com esta candidatura promovida pela edilidade, no montante total de 13.886 contos, tem por objectivo a realização de acções no domínio da segurança rodoviária, cujo projecto de investimento incide na sinalização vertical e indicativa a implantar nas 17 freguesias do concelho de Cabeceiras de Basto.

Famalicão

Brinquedos para crianças timorenses

A Associação de Ludotecas de Famalicão e o Conselho Nacional de Resistência Timorense vão promover uma campanha de angariação de brinquedos para enviar para Timor-Leste.

O projecto, denominado «Halimar Hamutuk» ou «Brinqueemos Juntos», tem o apoio da Câmara Municipal de Famalicão, da Lane Timor, Comissão de Direitos do Povo Maubere, Resistência Nacional de Estudantes de Timor Independente e Plataforma Nacional das ONG para o Desenvolvimento e visa a recolha de brinquedos, jogos e livros para as crianças timorenses.

Criar uma ludoteca e levá-la a Timor constitui o principal objectivo do projecto, que se deverá intensificar durante a quadra natalícia, altura em que vai ser disponibilizado um «barco» para depósito de brinquedos e onde a animação musical e actividades lúdicas pertencerão a grupos timorenses.

O projecto «Brinqueemos Juntos» destina-se a proporcionar uma vertente lúdica e complemento às necessidades prementes do povo maubere, pelo que assenta nos desejos e necessidades reais do povo e vai desenvolver-se por fases, nomeadamente no estabelecimento de contactos com instituições de Timor e iniciativas de promoção da cultura maubere.

Projecto autárquico contra a pobreza no concelho

A autarquia de Vila Nova de Famalicão vai também promover um novo projecto de luta contra a pobreza, através do projecto «Novos Rumos», dando continuidade a programas vocacionados para os estratos mais desfavorecidos do concelho.

Melhorar a qualidade de vida, esbater conflitos e promover a integração estão na base de um projecto que pretende promover o parceria e a cooperação activa da população para encontrar um conjunto de acções com vista à melhoria

das condições de vida das famílias.

Para tal, a autarquia efectuou várias parcerias com instituições como a «Olho Vivo», a DREN ou a Universidade do Minho para realizar um estudo multidisciplinar e multidimensional da realidade das zonas de habitação social de Lousado, Lameiras, Cal e Joane e as comunidades de minorias étnicas de Estação, Meaes, Cal e Lameiras.

Faro

Autarquia condiciona estacionamentos

A partir de hoje, quinta-feira, serão estabelecidas zonas de estacionamento limitado, dotadas de parquímetros, na baixa da cidade de Faro.



Os estacionamentos serão pagos, de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas e aos sábados, das 8 às 13 horas.

Com esta medida, a autarquia de Faro tem por objectivo evitar o estacionamento de longa duração, gerando maior rotatividade de espaços disponíveis, facilitando deste modo a vida a quem necessita de se deslocar àquela zona para tratar de diversos assuntos.

Lisboa

Apresentação da maqueta da cidade

A grande maqueta da cidade de Lisboa, com uma área de 36 metros quadrados, foi apresentada por João Soares e Margarida Magalhães, respectivamente, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e vereadora do pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, numa cerimónia que decorreu no passado dia 27, no Salão Imobiliário da FIL, no Parque das Nações.

Trata-se essencialmente de um instrumento de trabalho na medida em que permite a visualização da estrutura e organização da cidade, mas também porque possibilita a percepção de como se integram as transformações urbanas que vão ocorrendo, ao permitir testar soluções de planeamento.

É uma maqueta que se pretende diná-

mica e inacabada, de forma a acompanhar o desenvolvimento da cidade.

Ovar

Gabinete de Apoio ao Empresário

No passado dia 18 de Novembro, foi celebrado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Ovar e a Associação Industrial de Aveiro (AINDA), com vista à criação do Gabinete de Apoio ao Empresário, em Ovar.



Na ocasião, foram proferidas duas palestras, especialmente dirigidas aos empresários, subordinadas aos temas «Os novos sistemas de apoio ao empresário» e o «Bug do ano 2000».

Porto

III Intercâmbio Associativo

Numa iniciativa da Câmara Municipal do Porto, decorreu nos dias 26, 27 e 28 de Novembro na Cidade Invicta o III Intercâmbio Associativo, inserido no programa «Animar o Associativismo».



Tratou-se de um festival composto por cerca de 74 espectáculos, distribuídos por 14 espaços associativos, que representam as actividades de cerca de 45 associações locais portuguesas no âmbito de várias áreas culturais, como teatro, música, dança e artes plásticas.

PS EM MOVIMENTO

BAIXO ALENTEJO

PS elogia Capoulas Santos

A Federação do Baixo Alentejo do PS, num comunicado, «congratula-se pela eficácia e empenho dos serviços veterinários do Ministério da Agricultura na resolução da peste suína em Aldeia dos Fernandes, concelho de Almodôvar».

O PS/Baixo Alentejo sublinha que «a pronta intervenção dos serviços do Ministério da Agricultura não só permitiu controlar o foco de peste suína, como defendeu os interesses económicos do país, não viabilizando o possível embargo de carne de porco».

Para os socialistas alentejanos, «a capacidade de avaliação do ministro Capoulas Santos, na perspectiva de resolução dos problemas dos agricultores, ficou amplamente demonstrada no apoio concedido a todos os prejudicados, sendo os mesmos indemnizados acima do valor normal por quilo».

Sensibilidade social

Segundo o PS/Baixo Alentejo, «avaliar não só as questões de impacto económico, mas também os aspectos sociais que um problema destes levanta, espelha a sensibilidade do actual Governo para implementar políticas de apoio constante aos agricultores». No comunicado, o PS/Baixo Alentejo manifesta ainda «a sua solidariedade a todos os suinicultores afectados por tão imprevisível vírus».



ÉVORA

PS elogia acção do Governo

O recente aparecimento de um foco de peste suína africana numa freguesia do concelho de Almodôvar esteve na origem de um comunicado da Federação de Évora do PS, no qual esta estrutura se congratula «com a rápida e eficaz intervenção do Governo, através do Ministério da Agricultura, tanto no plano sanitário tomando de imediato as medidas adequadas para a eliminação desse problema, como no plano social, ao acionar. Com a mesma celeridade, os mecanismos para indemnizar de forma justa os proprietários dos animais abatidos».

Comissários políticos

No entanto, a Federação do PS/Évora, no comunicado, condena veementemente «a atitude de alguns indivíduos conhecidos comissários políticos que, apresentando-se como técnicos, e a coberto de uma ambígua representatividade, tentam explorar os sentimentos e as emoções das pessoas afectadas, aliciando-as para manifestações contra o Governo, no sentido de reivindicar o cumprimento daquilo que, afinal, ele já tinha decidido».

Concelhia de Tondela

Jantar comemorativo – 25º aniversário

11 de Dezembro, 20.30 horas

Quartel dos Bombeiros Voluntários (Campo de Besteiros)

Inscrições

Camaradas Jorge Marques (96-6496525)
e Rui Faria (96-6170081)

*Que ninguém falte
a esta grande jornada
de confraternização socialista*

SANTARÉM

Plenário de militantes

Realizou-se no passado dia 26 de Novembro, no auditório do Instituto Português da Juventude, em Santarém, um plenário distrital de militantes do PS/Santarém, que contou com a presença da camarada Edite Estrela, membro da Comissão Permanente e responsável pelo pelouro das autarquias para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Participaram no plenário cerca de 200 militantes e simpatizantes do PS, tendo sido efectuadas mais de 20 intervenções que reflectiram o clima de unidade vivido no PS/Santarém.

A estratégia a adoptar para as eleições presidenciais e autárquicas dominou grande parte das intervenções.

O trabalho que está a ser desenvolvido pela Federação de Santarém, nomeadamente a formação que vem sendo ministrada aos autarcas de câmaras onde o PS não detém as presidências, foi reconhecido como de extrema importância para a vitória do PS nos próximos actos eleitorais.

No plenário de militantes foi também realçada a importância da realização de plenários periódicos, visando uma conjugação de trabalho entre as bases e os órgãos dirigentes do PS.

Secções temáticas

Ao longo dos trabalhos foi incentivada a criação de secções temáticas por sectores de actividade e secções de empresa, uma dinâmica, aliás, já em curso na Federação de Santarém, e que permitirá ao PS ter um melhor conhecimento dos problemas existentes nesses sectores, de forma a encontrar as melhores soluções.

Considerando o papel fundamental dos fundos comunitários do próximo QCA, para o desenvolvimento do Vale do Tejo, foi também reiterada a importância do distrito de Santarém ser ouvido sobre a nomeação do próximo responsável sub-regional.

O plenário de militantes foi ainda informado pela camarada Edite Estrela que as próximas eleições para os órgãos federativos distritais terão lugar em Outubro do ano 2000.



Portugal Socialista
UNIAO EUROPEIA
TRATADO DE AMSTERDÃO

José António
António Gomes
António Ribeiro
Miguel De Gouveia
Rui Carlos
José Manuel Mendes
José Manuel Mendes
Francisco Soares de Costa
Bruno de Albuquerque
Rui Carlos
Jorge Castro
António Baptista
António Baptista
Paulo Mendes
Pedro António Silva
João Mendes
Manuel Calvo
Pedro Baptista
Helena Torres
Mariana

<http://www.portugal-socialista.pt/partida/imprensa/>

UNIAO EUROPEIA
TRATADO DE AMSTERDÃO

EUROPA
UM PROJECTO
DE TODOS OS PORTUGUESES



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pintura em Abrantes

«Abrantopia», a exposição de pintura e escultura do assessor de Imprensa do grupo parlamentar do PS, António Colaço, encontra-se patente ao público, até 26 de Dezembro, com cerca de uma dezena de obras do artista.

A iniciativa inclui ainda a venda de caixas para embalagem de produtos de pastelaria pintadas pelo autor, cuja venda reverte a favor da delegação de Abrantes do Banco Alimentar Contra a Fome.

Poesia em Albufeira

Hoje, às 21 horas, passe pela Galeria de Arte Pintor Samora Barros e participe num «Serão de Poesia» sobre a obra de Fernando Pessoa e Álvaro Campos, a cargo de Paulo Moreira

Este evento assinala a inauguração da exposição colectiva de pintura «Estilos V», que espera por si até ao dia 16.

O Auditório Municipal foi o local escolhido para a realização, no dia 4, da festa «Natal em Português».

No evento, com início marcado para as 21 e 30, participarão o Coro Infantil da Câmara Municipal de Albufeira, o Colégio Orquestrante e o Grupo Coral AI, sob a orientação do maestro Luiz Duarte.

Fotos de fado em Cascais

Abre ao público, hoje, pelas 18 e 30, no Espaço Memória dos Exilios (Estoril), uma exposição de fotografias de Amália Rodrigues, da autoria de Maria Luísa Gomes

Em exibição até dia 19 (terça-feira a domingo entre 10 horas e as 18 e 30) a mostra exibirá 30 fotografias de Amália, retratando esta grande senhora do fado em quatro espectáculos memoráveis.

A Câmara Municipal organiza, a partir de sábado, mais uma edição da Feira do Mel, numa iniciativa que decorrerá no Jardim Visconde da Luz, permitindo o contacto directo com os produtos de colmeia, nomeadamente o mel, o pólen, a geleia real, o propolis e o pão de abelha, entre outros.

Esta feira, aberta entre as 10 e as 19 horas, até ao próximo dia 19, contará com um espaço pedagógico, destinado às crianças das escolas do concelho.

Ao longo deste certame serão projectados filmes relacionados com a apicultura e realizadas provas de mel de diversas zonas do País.

Artes em Coimbra

«Carthographies» é o título da mostra dos trabalhos artísticos da pintora Isabel Pavão a cuja inauguração poderá assistir, este sábado, na Sala da Cidade da Casa da Cultura, a partir das 18 horas.

A Torre D'Anto alberga até ao final do mês a exposição «Ler Timor».

Festival em Lisboa

Três cantores da Guiné-Bissau e outros três da Guiné-Conakry participam na primeira edição do Festival de Músicas do Mundo Africano.

O espectáculo, organizado pela autarquia lisboeta, realiza-se em no dia 4, pelas 22 horas, no Teatro Maria Matos.

Esta primeira edição do Festival tem a participação apenas de músicos guineenses, designadamente Justino Delgado, Sambala Kanouté e Carlos Gomes Delgado da Guiné-Bissau e Kerfala Kante, Sayon Camará e Baba Djan da Guiné-Conakry. Até domingo vá ao Grande Auditório do centro Cultural de Belém, pelas 21 e 30, e não perca «Alma Chinesa» a cargo de The Original Chinese Acrobatic, num espectáculo que combina artes acrobáticas, kung-fu, bailado e canto, com cenários, figurinos e cores deslumbrantes.

Artes Plásticas em Matosinhos

No âmbito do II PONTI (Porto Natal Teatro internacional), será inaugurada, este sábado, na Galeria Arménio Losa, uma exposição sobre artes plásticas afro-brasileiras

Coros em Portimão

Amanhã e no sábado, dia 4 participe nas Jornadas do Ano Internacional do Idoso que convidam, desta feita, a uma reflexão sobre «O papel do idoso no século XXI». Durante o fim-de-semana não perca o tão esperado VI Festival de Coros, na Igreja Matriz, um evento inserido no programa da autarquia local para a animação das festas natalícias.

PONTI no Porto

O II PONTI – Porto Natal Teatro Internacional – começa hoje, em várias salas portuenses (Teatro nacional São João, Rivoli, Auditório Nacional Carlos Alberto, Balleateatro Auditório e os teatros do Campo Alegre, do Bolhão e Universitário), prolongando-se até ao dia 22 e incluindo dezenas de espectáculos, entre os quais «Macbeth», de William Shakespeare, e «Il Processo», de Frank Kafka.

Jazz em Setúbal

A CeDeCe – Companhia de Dança Contemporânea estreia, amanhã, no Fórum Luísa Tody, a «Opção Jazz», um espectáculo integrado no 4º Programa da Temporada '99.

Trata-se de uma colectânea de excertos de obras especialmente criadas para a CeDeCe, por bailarinos da Companhia e por coreógrafos de renome internacional. Entre outros, o programa da 4ª Temporada da Companhia de Dança Contemporânea inclui uma coreografia inédita de Gagik

Ismailian, o coreógrafo com o maior número de obras concebidas especialmente para a CeDeCe, já reconhecida como um dos grandes baluartes da actividade cultural setubalense.

Ainda antes do espectáculo de estreia da «Opção Jazz», que decorrerá a partir das 21 e 30, a CeDeCe promove, hoje à noite, um espectáculo de antestreia, também no Fórum Municipal Luísa Tody.

Expo em Sintra

A sexta edição da «ExpoSintra» arranca amanhã, prolongando-se até ao dia 12, no complexo industrial da antiga fábrica Mensa, em Mem Martins.

No âmbito deste certame decorrerá o Fórum do Concelho, que inclui a Feira das Juntas de Freguesia e a Feira da Câmara Municipal.

Haverá ainda a Feira das Actividades Económicas e o Salão do Automóvel.

A Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra inaugura, no sábado, dia 4, pelas 15 horas, uma mostra de pintura de Maria Adelaide Cabral.

A exposição permanecerá aberta ao público, até ao dia 22, podendo ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 e 30 às 12 horas e das 14 e 30 às 19 horas. Aos sábados e domingos a exibição dos trabalhos da referida pintora decorre das 14 e 30 às 19 horas.

Festeixo em Viana do Castelo

A quarta edição do Festival de Teatro do Eixo Atlântico - Festeixo, conta com a presença de 11 companhias do Norte de Portugal e nove da Galiza.

O festival, que terá como palcos o salão nobre do Teatro Municipal Sá de Miranda, os antigos Paços do Concelho e o Museu do Traje, decorre até dia 5, englobando um total de 22 diferentes espectáculos.

Na sessão de encerramento do festival será divulgado o vencedor do II Prémio Eixo Atlântico de Textos Dramáticos.

De novo no Café-Teatro do **TEATRO DA COMUNA**

A palavra dos poetas

Alexandre O'Neill

2, 9 e 16 de Dezembro, 19 horas

ENTRADA LIVRE

SUGESTÃO

CARMINA BURANA

A superprodução da ópera «Carmina Burana» vai ter uma terceira representação no dia 5 de Dezembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa.

Os dois primeiros espectáculos – amanhã e no sábado, dia 4 –, estão «completamente esgotados», segundo um porta-voz da organização.

A lotação para cada um dos concertos é de 12 mil lugares, admitindo-se assim que cerca de 36 mil pessoas vejam a que é considerada a maior produção de sempre em Portugal de um espectáculo de ópera.

Neste mega-espectáculo, que os puristas da ópera criticam, participam cerca de 250 pessoas, entre actores, acrobatas, dançarinos, membros da orquestra sinfónica e coro.

Entre os efeitos especiais, conta-se uma torre de 22 metros, pirotecnia, 300 figurinos diferentes em quatro níveis de palco, para o que foi necessária a utilização de 16 camiões TIR, praticamente o equivalente a um concerto de rock em estádio. Para a montagem do espectáculo, com 150 toneladas de ferro e madeira, 60 técnicos estrangeiros, auxiliados por 200 portugueses, trabalharam durante três dias.

O concerto tem a participação do Coro do Teatro de São Carlos e da Orquestra Metropolitana de Lisboa, reforçada.

Esta superprodução alemã, que já foi vista por mais de 650 mil pessoas em todo o mundo, foi projectada em 1995 por Walter Haupt, amigo de Carl Orff, para o centésimo aniversário do compositor.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Enterro de Miguel Torga

Um vento frio soprou e uma nuvem desceu com seu véu de luto sobre S. Martinho

Eu vi a água que se levantou e lentamente abriu caminho direita ao céu.

Manuel Alegre

(Poema lido pelo autor junto à campa de Miguel Torga, em S. Martinho de Anta, em 18 de Janeiro de 1995)

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



A AMÉRICA LATINA E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Dos anos 60 e 70 aos anos 90 deste século, muita coisa foi mudando na América Latina. Nos anos 60, a revolução de Fidel e os guerrilheiros guevaristas lideravam psicologicamente e politicamente as esquerdas, ultrapassando em radicalidade os sectores comunistas ditos ortodoxos e em imagem mítica e até em apoio nos estratos sociais mais pobres, bem como na juventude e nos intelectuais, os sectores sociais-democratas e socialistas moderados. Do lado da direita, o poder norte-americano estribado na direita republicana e nos sectores conservadores do Partido Democrático, não hesitou em apoiar as chamadas ditaduras «gorilas», em que a extrema-direita, sob a capa do combate ao marxismo e ao comunismo, procuravam, com regimes politicamente autoritários aplicar receitas monetaristas, fortalecendo o poder das oligarquias financeiras nacionais e alguns perversos interesses de multinacionais.

Hoje, na América Latina, o poder vai mudando. No Uruguai, a esquerda e o centro-esquerda, pela primeira vez em mais de um século, podem ascender ao poder. No Brasil, apesar de todas as vicissitudes, ultrapassando parcialmente a crise finan-

ceira, prossegue a experiência moderada e reformalista liderada por Fernando Henriques Cardoso. As expectativas do candidato presidencial socialista no Chile são elevadas.

Por toda a parte ou quase, na América Latina, antigos guerrilheiros negociam a entrega de armas em troca de condições equitativas e do funcionamento democrático das instituições. Os partidos de esquerda democrática e centro-esquerda chegam ao poder ou aproximam-se dele. Esta alteração das relações de força na América Latina não é irrelevante para o funcionamento da economia mundial e do sistema financeiro internacional. Abre, por um lado, mais espaço de manobra para a acção global da Internacional Socialista e cria algumas condições diferentes quer no seio da Organização Mundial de Comércio quer no âmbito do Fundo Monetário Internacional.

A saída de Michel Camdessus, depois de 12 anos de exercício, da presidência do FMI, abre uma oportunidade para se tentar uma inflexão na política desta organização, onde têm predominado concepções que privilegiam excessivamente as condições de equilíbrio financeiro face aos modelos sustentáveis de crescimento em

países pouco ou medianamente desenvolvidos.

Por outro lado, a Conferência da OMC que decorre em Seattle poderá eventualmente abrir o caminho a um reequilíbrio nas relações comerciais entre Europa, Estados Unidos e Terceiro Mundo, que ponha um freio aos apetites insaciáveis de algumas multinacionais e faça frente a poderosos «lobbies» predadores norte-americanos.

A reforma das organizações económicas e financeiras internacionais urge. A evolução política positiva de vários países da América Latina bem como o processo de democratização em curso na Indonésia podem ajudar a pressionar nesse sentido. Em qualquer caso, o peso conjugado dos governos, ligados à Internacional Socialista e da União Europeia poderão fazer oscilar o equilíbrio no sentido do bem-estar da humanidade.

O mercado é importante, em termos de garante de funcionamento da economia. Mas a solidariedade tem de prevalecer, em nome do bem-estar da humanidade. E é com esse objectivo que a função reguladora exercida pelo Estado, pelas organizações de regiões do Mundo e pelos organismos internacionais ganham o seu mais relevante papel.

«Otelo Saraiva de Carvalho já está na História de Portugal. É o símbolo do 25 de Abril»

Manuel Alegre
TSF, 25 de Novembro

«Em 1989 pensava-se que a reunificação da Alemanha não aconteceria neste século»

Mikhail Gorbachev
Visão, 25 de Novembro

«A RDA foi engolida. Não foi um processo de unificação»

Idem, ibidem

«O "plafond" pode interessar muito às seguradoras, mas é um assunto menor no que temos de resolver. Precisamos de mais receitas, não de menos»

Ferro Rodrigues
Visão, 25 de Novembro

«Constata-se que grande parte das famílias mais carenciadas não se encontram em barracas. E também se constata que não podem comprar uma casa de 28 mil contos, mas a nove mil e a 10 mil contos já o conseguiriam fazer»

Leonor Coutinho
Diário de Notícias,
29 de Novembro

«O programa mais importante para mim é a habitação com custos controlados»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88. ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.